Histórias de mulheres negras em Siderópolis nas vilas operárias: saberes, cotidiano e resistências

Lucy Cristina Ostetto*

Amanda dos Santos Vieira**

Para romper com uma história única

Siderópolis está localizado na parte sul do estado de Santa Catarina e tem a sua identidade fortemente construída a partir da imigração italiana no século XIX. Segundo Sprícigo (2007, p. 13 apud BOEIRA, 2016, p. 17) “Santa Catarina é reconhecida nacionalmente como ‘um pedaço da Europa no Sul do Brasil’”. E isto, de alguma forma, provoca um enorme silenciamento e apagamento da presença negra que ocorreu/ocorre dentro do estado e que se apresenta como fundamental para a fundação e desenvolvimento de várias cidades.

Siderópolis teve sua fundação no ano de 1891, quando chegaram imigrantes italianos que a deram o nome de Nova Belluno, (IBGE, 2017) por causa da sua semelhança geográfica com Belluno. Seu nome só passou a ser Siderópolis, após a chegada da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941, sendo uma homenagem à mesma. É sobre esta perspectiva que a história da cidade é contada: pela sua colonização e como a presença da CSN que a coloca no circuito nacional da extração de carvão ao céu aberto. Ou seja, uma história que se pauta pelo viés de alguns sujeitos e partir de uma perspectiva econômica. Mas é preciso romper como a história única, pois, segundo Adiche (2009), “[...] a ‘única história cria estereótipos’. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história”.

E este se apresentou como objetivo principal dessa presente pesquisa: fugir da história única. Dialogar com mulheres negras que vivem em Siderópolis para melhor

* Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/2015). Possui Mestrado e Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/1997) Atualmente é Professora dos cursos de História e Pedagogia na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

E-mail: lco@unesc.net

** Mestranda em Educação na Universidade do Extremo Sul Catarinense, graduada em Pedagogia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Professora Regente da Educação Infantil pelo Município de Siderópolis.

E-mail: amandadossantosvieira@gmail.com

compreender quais foram os motivos que levaram suas famílias para lá, no que trabalhavam, como se estruturou a realidade das famílias negras dentro da sociedade (Movimento Negro, União Mineira, etc.), situações de racismo, moradia, entre outros pontos. Para alcançar este objetivo foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro mulheres negras da cidade de Siderópolis com idade entre 70 a 80 anos. Dialogamos com Adiche (2009), Hampâté Bâ (2011), Carneiro (2011), Collins (2019), Davis (2016), Hooks (2019), Kilomba (2019), Lima (2010), entre outras autoras e autores.

Vale ressaltar que a pesquisa teve todo seu desenvolver vinculado ao Núcleo de Estudos de Gênero e Raça (NEGRA/UNESC) que busca desenvolver debates e leituras nas questões de raça, decolonialidade, gênero, racismo, relações raciais, entre outros temas vinculados a direitos humanos. Bem como o Movimento Conscientização Negra Cruz e Sousa de Siderópolis – SC, que segundo Boeira (2016, p. 36),

[...] foi formado na década 2001 a fim de favorecer uma grande parcela da população negra da cidade de Siderópolis, que não se via favorecida no seio da sociedade como fortalecer toda esta trajetória de luta, resistência vivida pelo MNS de forma organizada.

Sendo Iara a representante do Movimento que possibilitou que entrássemos em contato com as mulheres e nos auxiliou nos primeiros encontros.

A fala que estraçalha o sujeito universal

O Movimento Feminista desde seu princípio se apresentou com o objetivo de lutar pelos direitos das mulheres. Mas, de que mulheres estamos falando? Segundo Davis (2016, p. 146) “Mulher’ era o critério, mas nem toda mulher parecia estar qualificada. As mulheres negras, claro, eram praticamente invisíveis no interior da longa campanha pelo sufrágio feminino”. Durante o percurso de formação e efetivação do movimento feminista é possível observar como as mulheres negras foram silenciadas. Questões como classe e raça não faziam parte do recorte desenvolvido pelo movimento que se dizia universal. Mulheres brancas chegaram não quererem ser representadas por mulheres negras. Hooks (2019b, p. 10) afirma que “Se nos atrevêssemos a criticar o movimento ou a assumir responsabilidades pela formação de ideias feministas ou pela introdução de novas ideias, as nossas vozes eram abafadas, ignoradas, silenciadas”.

A falta de análise com base nas opressões racistas e de classe refletem nas pautas e requisições que o movimento realizava, por exemplo o fato de requererem direito ao trabalho, enquanto mulheres negras já saíam para trabalhar há muito tempo. Mulheres

negras sempre foram enxergadas fora do padrão de “fragilidade” que era empregado sobre as mulheres brancas. Segundo Carneiro (2011, p. 1),

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar!

Essa fala de Carneiro dialoga com a fala que Sojourner Truth realizou durante a *Women’s Rights Convention*, na qual vários pastores diziam que mulheres não poderiam ter os mesmos direitos que os homens pois eram frágeis. Então, Truth questiona os mesmos que como ela não era frágil, não seria ela uma mulher? “Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comer – e aguentava chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher?” (TRUTH, 1851 apud RIBEIRO, 2017, p. 20). Sojourner foi vista como uma ancestral para o feminismo negro e serviu de inspiração para várias mulheres negras que vieram após ela. Segundo Akotirene (2018, p. 22), “[...] o projeto feminista negro, desde sua fundação, trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cis-heteronormatividades articuladas em nível global”. Dialogando com isso, Hooks (2019b, p. 41) afirma que as feministas brancas

[...] poderiam ser todas antirracistas desde o início, mas, para que o racismo fosse eliminado, teria de ser uma questão central do feminismo. Fundamentalmente, o racismo é uma questão feminista, pois está muito interligado à opressão sexista. No ocidente, a origem filosófica da ideologia racista e sexista é semelhante.

Sendo assim, ao contrário do feminismo branco, que muitas vezes focou apenas nas opressões sexistas, o feminismo negro parte da opressão de sexista e racista compreendendo que todas as outras opressões (de classe, sexualidade, idade, etc.) causam efeitos sobre o sujeito e não podem ser ignoradas.

Collins (2016) traz o termo *Outsider within*, quando vem a tratar de mulheres negras que trabalhavam em casa de famílias brancas. Já que ao mesmo tempo em que

são ditas como “inclusas” (*insiders*) nessas relações, até aparecendo em biografias dos brancos como “mães” negras, as mulheres negras têm consciência de que não ocupam realmente um lugar dentro dessas famílias permanecendo como *outsiders*.

Grada Kilomba (2019) vem a dizer que mulheres negras ocupam o lugar/função de o “Outro” do outro. Enquanto, Simone de Beauvoir diz que a mulher branca é o outro do homem branco, Kilomba demonstra como isso se aplica de uma outra forma nas mulheres negras:

Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. [...] Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro (KILOMBA, 2019, p. 124.)

Sendo o “Outro” do outro, as mulheres negras passam por processo de silenciamento que é tão bem articulado que para ocorrer sua real efetivação transforma todas as falas/conhecimentos/experiências dessas mulheres em inferiores. Esse processo de inferiorização de saberes outros é utilizado dentro dos processos de colonização para se autojustificar:

Por meio do encobrimento da localização particular do sujeito de enunciação, foi possível, para a expansão e a dominação coloniais europeias/euro-norte-americanas e para o poder das elites euro-latino-americanas, construir uma hierarquia do conhecimento superior versus conhecimento inferior e, portanto, de seres superiores versus seres inferiores no mundo (FIGUEIREDO, 2017, p. 93).

Para efetivar de melhor forma todo esse processo, os grupos dominados passam por um processo de serem lidos/vistos como objetos para que assim haja maior negação a todos seus conhecimentos e saberes. Segundo Brittan e Maynard (1984, p. 199 apud COLLINS, 2016, p. 105), “[...] a dominação sempre envolve a objetificação do dominado; todas as formas de opressão implicam a desvalorização da subjetividade do oprimido”.

E desvalorizar a história oral, tendo em vista que a mesma é tida como a melhor forma de se relatar e passar conhecimentos pelos povos antigos – principalmente africanos e indígenas –, é uma forma de dominar e silenciar mais ainda essa população.

Um exemplo dessa produção em forma oral é apresentado por Collins (2019, p. 102), que ao falar sobre os pensamentos feministas diz que “Grande parte deste pensamento tem sido produzido de forma oral por mulheres negras comuns, em seus papéis de mães, professoras, músicas e pastoras”. Reafirmando tudo isso, Kilomba (2019, p.51) vem a dizer que “Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido [...]”. Reforçando, assim, que esse processo de desqualificação das vozes e conhecimentos das mulheres negra é, sim, um dos pontos em que esse sistema racista se fortalece.

Porém, quando essas mulheres negras falam e questionam todo esse sistema, elas colocam em xeque tudo aquilo que é tido como único e universal. Colocam em posição de reanálise tudo aquilo que é posto como verdade por aqueles que detêm o poder, assim como, os colocam em análise também.

Feministas negras têm questionado não apenas o que tem sido dito sobre mulheres negras, mas também a credibilidade e as intenções daqueles que detêm o poder de definir. Quando mulheres negras definem a si próprias, claramente rejeitam a suposição irrefletida de que aqueles que estão em posições de se arrogarem a autoridade de descreverem e analisarem a realidade têm o direito de estarem nessas posições (COLLINS, 2019, p. 102).

Para se libertar dessas amarras impostas e reafirmadas a todos os instantes é preciso transgredir do silenciamento para a fala. É preciso questionar e requestionar tudo aquilo que está posto como único, que foi canonizado como verdade extrema e que deve atingir a todos.

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta (HOOKS, 2019a, p. 38).

É preciso falar para que se seja compartilhado o conhecimento. Conhecimento este que foge dos padrões eurocêtricos de que só é verdadeiro aquilo que estava escrito. Usar as experiências para se recontar histórias ditas como únicas, para questionar aquilo que é visto como verdade única. Dialogamos assim com Collins (2019, p. 149) que afirma que “[...] os indivíduos que passaram pelas experiências sobre as quais

dizem ser especialistas são mais críveis e dignos de crédito do que aqueles que meramente leram ou refletiram sobre tais experiências”.

Indo ao encontro dessas mulheres

Para realizar a coleta dos dados, foi utilizado o formato de entrevista semiestruturada, com perguntas previamente programadas e organizadas para guiar as entrevistas. Segundo Boni e Quaresma (2005, p. 76), a entrevista semiestruturada é “[...] onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal”.

O primeiro contato com as entrevistadas foi realizado junto com o Movimento Conscientização Negra Cruz e Sousa, de Siderópolis – SC, em um pequeno evento, para que, assim, fosse possível conhecer as mulheres e explicar sobre o projeto. Retornou-se então dias depois para fazer as entrevistas individuais com quatro mulheres, sendo concedidas na casa das mesmas. Desta forma, as mulheres entrevistadas foram Jandira (81 anos) e Ivonete (71 anos), que são irmãs, Maria (81 anos) e Margarida (86 anos).

Mulheres negras contam suas histórias

Muitas famílias migraram para Siderópolis, principalmente após a chegada da CSN, e para que fosse possível contar a história dessas famílias recorreu-se as mulheres negras que fizeram parte dessa trajetória de migração. Mulheres que são filhas destas pessoas que se mudaram para a cidade em busca de uma situação de vida melhor, ou que já eram adultas e auxiliaram no desenvolvimento da cidade. Segundo Gwaltney (1980, p. 7 apud COLLINS, 2019, p. 149), quando se fala de assuntos importantes, a experiência pessoal é uma evidência muito melhor, desta forma números distantes não são tão importantes quanto o relato dos sujeitos. Assim, foram entrevistadas quatro mulheres, sendo elas Jandira (81 anos) e Ivonete (71 anos) que são irmãs, Maria (81 anos) e Margarida (86 anos), todas se declaram negras e vivem na cidade desde bem novas, sendo Ivonete a única que já nasceu na cidade de Siderópolis.

Ivonete relatou sobre sua escolarização que “Estudei até o terceiro ano e meio, do primário. Eu não concluí o quarto, fiquei no meio. Mas eu leio muito, então eu sei muitas coisas. E meus netos tão no sétimo e na nona, e eu tiro de letra”. Já Jandira comentou que “Eu fiz o quarto ano. Eu comecei a estudar aqui com 8 anos, acho que já tinha uns 12 anos (quando parou). Aí não voltei mais, a gente foi trabalhar de doméstica, eu trabalhava de doméstica quando não tava na roça com 8 anos”. Enquanto isso, Maria menciona que retornou ao colégio ano depois

Quando eu estava em Praia Vermelha, fiz até o quarto ano. Depois aqui, eu trabalhava, já casada, no Dom Orione (40 anos) [...] me convidaram para o mobrau e eu fui. Mas eu já entrei direto no primeiro. Aí depois entrei no segundo grau, aí eu fiquei doente e não estudei mais. Fiz até o primeiro ano do segundo grau.

Jandira conta que sua família foi para Siderópolis porque “O meu pai veio para trabalhar, aqui era um lugar muito falado. [...] Meu pai para trabalhar na mina do dia, no céu aberto. Naquele tempo não era CSN, depois de muito tempo que veio a Marion. Ai meu pai se aposentou”. Já Maria conta que “Meu irmão veio trabalhar, e depois de um ano eu vim trabalhar e fiquei. Vim sozinha, ele veio antes e depois eu vim passear com uma amiga”. Margarida relata que

Ao passar do tempo, viemos para Tubarão e o primo dele disse assim, abriu uma companhia lá a CSN e tem bastante emprego. Como eu tinha o meu irmão de 14 anos, o meu pai já era aposentado. Então, meu irmão tinha 14 anos e lá ele trabalhava, meu pai também fazia serviço assim era jardineiro, era aposentado mas trabalhava como jardineiro assim. Era outro trabalho que ele tinha e ali em Tubarão não tinha nada disso, então nos soubemos dessa confirmação dessa companhia e a gente resolveu vir para cá, para a CSN.

Segundo Moraes e Goularti Filho (2011, p. 228 apud CARDOSO; RODRIGUES, 2017) Nova Belluno era pouco habitada até próximo a 1940. Depois da instalação da CSN começaram a chegar pessoas à procura de emprego ou com o objetivo de montar seu próprio negócio.

Vale ressaltar que a Companhia Siderúrgica Nacional foi fundada em 1941, por um decreto do presidente Getúlio Vargas (CSN, 2016), com o objetivo de transformar em aço o ferro que era extraído em Minas Gerais (BERNARDO, 2004).

Quando questionadas sobre como haviam sido recebidas em Siderópolis, na época Nova Belluno, Jandira menciona que “Acho que foi bom, meu pai logo conseguiu emprego nesse lugar para o lado de Criciúma e a mãe sempre trabalhou, ela sempre foi uma mulher trabalhadeira”. Já Ivonete relatou que

Fomos bem acolhidos em Siderópolis, bem depois que a gente teve bastante amizade, depois que fizeram as estradas e as pessoas vieram para cá para a Siderúrgica e a Companhia Treviso ai encheu mais de gente e a gente teve bastante amizade. Sobre acolhimento, a gente sempre se deu bem com todo mundo porque nós eramos do bem e quando é do bem...

Margarida comentou que “Porque aqui tinha gente de vários estados, não era só de Santa Catarina, era do Rio de Janeiro, Minas Gerais, não tinha essas coisas assim. Não tinha essas coisas assim de ser ofendido. Cada um cuidava do seu lado”.

Margarida foi a única das mulheres que trabalhou na escolha de carvão, segundo a mesma:

Até eu trabalhei na escolha. Na escolha de carvão. Não assim muito tempo, uns 2 anos mais ou menos, nem chegou a isso. Meu pai me viu com uma tosse, uma coisa assim, e ele “Ah, eu não vou estragar o pulmão das minhas filhas”, era eu e outra, nós éramos em duas trabalhando.

Todas as mulheres entrevistadas, exceto Ivonete, alegam que em algum momento de suas vidas residiram em uma das casas cedidas pela CSN. Jandira diz “Meu marido trabalhou na escolha de carvão, ele veio lá de Aritinga, nós se conhecemos aqui e casou. A gente morou nas casas da CSN lá no Fiorita [...] e nós tinha aquela casa para morar sem pagar aluguel”. Maria descreve como eram as casas da CSN: “No Fiorita, a casa era de tipo um. Era casa da companhia, tinha as germinadas e as pequenas. As pequenas se chamavam tipo um, tinha dois quartos, uma cozinha e uma salinha”. Margarida conta que morou em vários lugares dentro da cidade de Siderópolis, até que seu irmão tivesse direito a uma dessas casas da CSN. Esta conta como funcionava a divisão de território onde estas casas estavam localizadas,

Os encarregados sempre tinham umas casas melhorzinhas. Lá na Vila Residencial, ali morava engenheiro, engenheiro chefe, morava médico [...] Não vou dizer que era os casarões de hoje, era uma casa de material assim bem feito, casinha igual essa aqui era de encarregado alto, o resto era casa de madeira. Então era distante, a Vila Residencial ficava bem distante da outra parte. [...] Ai tinha bastante funcionário e aí depois fizeram aquelas germinadas, conhece as germinadas? As germinadas eram feitas para os encarregados, não era para operário morar, era para encarregado morar [...].

Margarida ainda explica como funcionava para adquirir uma dessas casas:

Eram ganhadas [...], por exemplo, tu queria pegar uma casinha daquela para alugar, chegava lá e dava teu nome. Então era muito grande, e eles faziam tudo em ordem. Era uma casa pequena, com 4 peças, uma cozinha, dois quartos e a sala. Quartinhos pequenos, às vezes eu paro para pensar as famílias dentro daquela casa tão pequeninha. Então eles chamavam, entregavam aquela casa e

nós ficamos dentro do mato até chegar a vez na colocação de ordem, até que meu irmão tivesse direito de pegar a casa.

David (2015, p. 29 apud CARDOSO; RODRIGUES, 2017, p. 55) relata e reafirma que havia “[...] casas de alvenaria para administradores e engenheiros, em vilas especialmente para esse fim, e em todo Rio Fiorita, casas de madeiras para todos os demais funcionários”.

Quando questionadas se existia ou não divisão entre brancos e negros todas citam que não havia, que tinham muitas amizades, tanto negras quanto brancas. Jandira cita que “Era tudo junto, tinha família de branco, tinha família de negro. Nós éramos amiguíssimos demais. Nossa, nós se dávamos, as crianças brincavam nos domingos tudo junto”. Maria cita que “Era tudo junto, minha cunhada era branca e a família era branca. Negros era eu e meu irmão. Na rua que a gente morava era branco e negro, tinha casa com os brancos e com os negros”.

Porém, sobre os clubes que existiam na cidade, relataram que apresentavam a realidade de separação entre negros e brancos. Jandira cita que “Antigamente tinha a união mineira, que era os bailes dos negros. E o recreio, que era dos brancos. No carnaval, nós íamos lá e fazíamos a visita e eles vinham faziam a visita de carnaval no nosso clube”. Margarida relembra que “Tinha separação da sociedade, ali era separado. Como é nome que eles davam? Ali eles faziam os bailes só de branco”. Ivonete explica que

Tinha sim, o recreio era por brancos. E a união mineira por negros. Depois de um tempo os dois clubes começaram a entrar igual. Depois fizeram um acordo, porque as diretorias eram tudo da Siderúrgica Nacional, os trabalhadores eram da diretoria, aí fizeram uma fusão. Nessa época, o branco começou a gostar de negro e negro de branco, aí se misturou.

Segundo Zuchinalli (2016), o Recreio do Trabalhador foi fundado pela própria CSN, para que pudessem realizar seus eventos próprios eventos destinados aos seus trabalhadores e outras atividades. Porém, mesmo ele sendo aberto a todos os seus sócios, sendo boa parte funcionários da própria companhia, era considerado um local destinado aos brancos e à elite. Já a Sociedade Esportiva Recreativa União Mineira, foi um pedido feito pelos trabalhadores negros da CSN para própria companhia, se tornando assim um clube frequentado majoritariamente pela população negra da cidade (funcionários ou não). E esse espaço assume um papel extremamente

importante na vida dessas pessoas que muitas vezes se sentiam excluídos de um ambiente que deveria lhe pertencer também, segundo Rosa (2011 p. 36),

Esse espaço passa a ser de fundamental importância para uma categoria que foi —marginalizada, ter um referencial de pertencimento a um determinado grupo social. A territorialidade ultrapassa o sentido de um lugar comum e passa a se constituir em um importante instrumento de visibilidade e autonomia.

Quando o tema é Movimento Negro, Jandira relatou que “Agora tive, mas antes não. Antes não tinha movimento negro. Fui para Brasília na Marcha da Mulher Negra, fui para Tubarão. Sempre que elas me convidam eu tô pronta, porque eu gosto dessas coisas”. Margarida diz que “Já participei, não tenho tanta saúde fico mais dentro de casa”. Relatam que já participaram do Movimento Negro. Ivonete comentou que “Na época que eu tava no movimento negro, na época que o filho dela (Jandira) era presidente, era uma época muito boa. Éramos muito unidos, todo mundo fazíamos festa, reuniões. Nada muito grande, uma festa só na praça bem grande”. Jandira relata como que tudo começou

Porque meu filho, o José Carlos, ele que começou. Nós morávamos na COAB e ele começou com esse Movimento Negro. Ele que fez a abertura desse Movimento Negro, aí teve a Nani, tudo participou ali. Mas o Movimento Negro se chamava 5 de junho, porque era o aniversário dele. Então ele fazia as reuniões lá em casa num porão que tinha tudo, era muito diferente de agora. Eles faziam festa, cada festa bonita, a finalidade era para juntar os negros.

Boeira (2016) cita que o 5 de junho se apresenta como um passo importante na trajetória do Movimento Negro em Siderópolis, através dele que se tem os primeiros registros oficiais que auxiliam a compreender toda essa trajetória. O 5 de junho foi uma importante força para a autoafirmação da população negra na cidade. Vale reforçar que desde os primeiros encontros, o Movimento Negro teve como foco lutar pelas questões que envolviam toda a população negra e sua negritude.

Quando questionadas sobre questões de racismo, Maria comentou que “Olha, quando era criança todo mundo era amigo. Ninguém assim excluía a gente. Agora depois que eu vim para cá, a gente vivia com a família os negros aqui... Para mim, eu acho que não sei”. Já Jandira relatou que “Não, nunca sofri. Fui candidata duas vezes para vereadora. Fui candidata para Nossa Senhora Aparecida, fiquei em segundo lugar”.

Ivonete cita que nunca deixou que ninguém passasse por cima dela, mas que já haviam dito e menciona dois casos que ocorreram

Nós estávamos numa parada de ônibus e já era noitinha, e vinha uma pessoa sozinha, uma amiga minha. E uma disse assim “Tu vem sozinha? Não tem medo de um nego te pegar?”, isso é um preconceito, né? E eu disse assim “Porque só negro que tem pinto? Branco não tem?”.

E o outro caso sendo na casa de um dos seus patrões, na qual ela trabalhava de doméstica

Eu trabalhava numa casa que no pai do meu patrão caiu um muro, e ele levou umas pessoas para ver e falou assim para as pessoas que levou para ver “Isso é coisa de negro.” E eu falei para ele “Não, Seu Flávio. Os brancos fazem e os negros que levam a culpa?”, “Não, Ivonete, é um modo de falar”, “Um modo muito feio”.

Lima (2010) articulou que as teorias raciais incutiram no imaginário social que haveria e há diferenças entre as capacidade e habilidades, relacionado com aspectos morais, psicológicos e cognitivos, utilizando estas suposições para sustentar a ideia de raças superiores e inferiores.

Margarida enquanto contava sobre seu processo de escolarização, relatou que foi uma situação de racismo que a fez abandonar a escola

A professora assim “Fulano, por que tu fizesses tal coisa?” Ela quis corrigir ele em alguma coisa, em alguma arte que ele fez, não lembro o que foi. Ele foi dizer assim “Ah, mas foi porque você que disse que era para fazer assim!” Aí ela disse assim “O QUE?” aí ela ficou parada e não disse mais. Os alunos disseram assim “Ele chamou a senhora de você”. A professora não gostou. “Olha, eu vou te dizer uma coisa, ‘Você’ uma professora não pode receber uma palavra dessas de um aluno. ‘Você’ se trata uma pessoa, uma negra que anda varrendo/limpando a rua. “A minha saída da escola foi por isso. Todo mundo olhava para mim, tinha mais umas negrinhas na sala, mas afinal eu... [...] Aí eu chorei, cheguei em casa num gritei. Fui chorar lá dentro e não queria mais ir pra aula, e meu pai tirou. Aí depois nós viemos para cá e ele não colocou mais nós na aula.

Lima (2010) reforça que o termo raça e as teorias raciais vêm a atuar dentro da sociedade como um agente hierarquizador, com grupos sociais brancos sendo superior aos negros e mestiços. Essa professora veio a reforçar essa ideia, de que uma mulher

negra seria inferior a ela. Indo totalmente contra a ideia de uma educação antirracista que deveria buscar “[...] permanentemente uma reflexão sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar” (CAVALLEIRO, 2001, p. 149).

A reexistência como presença negra

Ao compreender as mulheres negras como as contadoras desta história foi possível conhecer como suas famílias estiveram presentes em todo o desenvolvimento de Siderópolis, bem como foram suas vidas desde escolaridade até fatos que as marcaram profundamente. Elas nos contam que suas famílias migraram para Siderópolis, na época Nova Belluno, com o propósito de encontrar um emprego e tem suas vidas entrelaçadas com a estadia empresa CSN na cidade, já que seus familiares e uma delas trabalhou na siderúrgica como escolhedeira.

Nos contam também que suas casas foram cedidas pela CSN e frequentavam locais (União Mineira e Recreio) que eram considerados sedes para os funcionários. Relataram que nas sedes havia uma divisão entre brancos e negros, já demonstrando a segregação sendo aplicada na prática. Narraram seus processos de lutas e resistências ao decorrer das suas falas, desde as práticas racista que as marcaram até a participação no Movimento Negro.

Sendo assim, este artigo contribuiu para retirar-las juntamente com seus antepassados da posição de silenciados, e por meio de suas experiências podemos ressignificar a história de Siderópolis a partir da presença negra. Desta forma, ao se recontar estas memórias baseadas em suas vivências, se coloca em xeque uma história única centrada na presença das famílias italianas.

Ao escutar a história sendo contada pelas mulheres negras, ou seja, não aquele visto como principal e dominante, é possível se produzir novos conhecimentos, novas ideias, novos conceitos e revisitar o passado ressignificando-o. Segundo Collins (2019, p. 167), “[...] a existência do ponto de vista das mulheres negras [...] desafia o que é normalmente tomado como verdade”.

Referências

ADICHE, C. N. O perigo de uma única história. **TED**, 2009. Disponível em:

<https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br>. Acesso em: 15 ago. 2020.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2018. [Coleção Feminismos plurais].

BÂ, A. H. A tradição viva. In: ZERBO, J. **Ki** - História Geral da África. Brasil: Cortez, 2011. p. 167-213.

BERNARDO, R. T. O tempo e os espaços de entretenimento das famílias operárias mineiras. In: GOULARTI FILHO, A. **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade futura, 2004. 129 p.

BOEIRA, J. F. da S. **Movimento Conscientização Negra Cruz e Sousa em Siderópolis – SC: mulheres, pautas e lutas 2008-2016**. 2016. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/6113/1/JULIANA%20FID%c3%8aNCIO%20DA%20SILVA%20BOEIRA.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005.

CARDOSO, M. G.; RODRIGUES, E. Indústria Carbonífera em Siderópolis: reflexões e disputas em torno dos patrimônios da Companhia Siderúrgica Nacional. **Faces da História**, Assis, v. 4, n. 1, p. 54-72, jan. 2017.

CARNEIRO, S. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledés**, 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CAVALLEIRO, E. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, E. **Racismo e Anti-racismo na educação: Repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001. p. 141-161.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abril. 2016.

COLLINS, P. H. Epistemologia feminista negra. In: BERNADINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 139-170.

CSN. Companhia Siderúrgica Nacional. **CSN - Histórico**. 2016. Disponível em: <http://www.mzweb.com.br/csn2016inst/web/default_pti.asp?idioma=0&conta=45>. Acesso em: 28 abr. 2020.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FIGUEIREDO, A. Descolonização do conhecimento no século XX. In: SANTIAGO, A. R. *et al.* (Orgs.). **Descolonização do conhecimento no contexto afro-brasileiro**. Cruz das Almas: UFRB, 2017. p. 79-106.

HOOKS, B. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019a.

HOOKS, B. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019b. 256 p.

IBGE. IBGE- Cidade. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sideropolis/historico>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 249 p.

LIMA, F. da S. **A proteção integral de crianças e adolescentes negros:** um estudo do sistema de garantia de direitos para a promoção da igualdade racial no Brasil. 2010. 320 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROSA, J. C. da. **Sociabilidades e territorialidade:** A construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903-1950). Florianópolis, 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), 2011.

ZUCHINALLI, T. **Afrodescendentes no Sul de Santa Catarina.** Os novos sujeitos: experiências e trajetórias (1941-1985). 2016. 271 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.